

A Tribuna

Reportagem Especial

06 de Outubro de 2011, página 2 e 3

Reportagem Especial

BENEFÍCIOS DO GOVERNO

Seguro-desemprego de 7 meses

Governo federal quer aumentar o benefício em mais dois meses, como medida de prevenção contra a crise mundial

Eliane Proschold
Rafaela Ribas

O governo federal quer aumentar o prazo de seguro-desemprego em até dois meses, passando o limite de parcelas do benefício de cinco meses para sete meses.

A ideia faz parte de um pacote de medidas de prevenção que será colocado em prática conforme o impacto e a duração da crise mundial financeira no País. A decisão já havia sido tomada em 2009, referente à crise mundial em 2008.

No entanto, especialistas afirmam que somente a partir do início de 2012 é que se pode avaliar a dimensão real da crise no Brasil.

Em 2008, no Espírito Santo, ocorreu o comércio varejista teve a extensão de dois meses. Já para essas crises, as áreas voltadas para o comércio exterior e as indústrias também devem ser afetadas.

A decisão da extensão, quantos meses e categorias é tomada com base nas informações do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalho (Codfat), do Ministério do Trabalho.

A lei número 7.098/90 diz que em "casos excepcionais", o Codfat poderá deliberar pelo período máximo de concessão, em até dois meses, para grupos específicos de segurados.

Ele recomendou, como forma de conter a crise, que o governo adotem políticas de estímulo fiscal que possam incentivar a atividade econômica, como aumento do seguro-desemprego, os gastos com a infraestrutura, e facilitar o refinanciamento hipotecário, quando tiverem filiofilia.

Embora destaque que o Espírito Santo está com sua economia aquecida, o gerente do Estado de Trabalho e Renda, André Luiz Várzea, disse que caso a crise mundial persista, a medida deverá ser adotada em meados do ano que vem.

No entanto, especialistas afirmam que somente a partir do início de 2012 é que se pode avaliar a dimensão real da crise no Brasil.

Em 2008, no Espírito Santo, ocorreu o comércio varejista teve a extensão de dois meses. Já para essas crises, as áreas voltadas para o comércio exterior e as indústrias também devem ser afetadas.

A decisão da extensão, quantos meses e categorias é tomada com base nas informações do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalho (Codfat), do Ministério do Trabalho.

A lei número 7.098/90 diz que em "casos excepcionais", o Codfat poderá deliberar pelo período máximo de concessão, em até dois meses, para grupos específicos de segurados.

Recentemente, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu um trabalho em conjunto dessas países com os emergentes como o Brasil. O assunto foi debatido em reunião do Comitê Internacional Financeiro e Monetário do Fundo Monetário Internacional (FMI).



O MINISTRO DA FAZENDA, Guido Mantega, defendeu políticas de estímulo fiscal que possam incentivar a atividade econômica para conter a crise

Benefício poderá variar de cinco a sete meses

Período de trabalho	como 6	como fica
de 6 meses a 11 meses	três meses	até cinco meses
de 12 meses a 23 meses	quatro meses	até seis meses
de 24 meses em diante	cinco meses	até sete meses



1 Demissão
AO SER DEMITIDO sem justa causa, o trabalhador receberá o empregador o formulário próprio "Requerimento do Seguro-Desemprego", em duas vias, devidamente preenchido.

2 Documentos
ELE DEVE LEVAR: requerimento do Seguro-Desemprego (em duas vias - ver o formulário) Cartão do PIS-Pasep, extrato atualizado ou Cartão do Cidadão, Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho devidamente quitado, Documentos de identidade, 3 últimos contracheques (dos 3 meses anteriores ao mês de demissão), documento de levantamento dos depósitos do FGTS ou extrato comprobatório dos depósitos.

3 Onde levar
CAIXA Econômica Federal POSTOS Estaduais e Municipais do SINIE - Sistema Nacional de Emprego.

4 Como é o pagamento
O pagamento é feito por meio da Caixa Econômica Federal. O saque pode ser feito em casa ou com o cartão cidadão, em casas lotéricas ou salas de autotendimento.

FAIXAS DE SALÁRIO MÉDIO (*)	VALOR DA PARCELA (**)
Até R\$ 899,99	Multiplicar-se salário médio por 0,8 (80%)
De R\$ 900,00 em R\$ 1.499,99	O mesmo em R\$ 0,85 multiplicado-se por 0,5 (50%) e soma-se a 79,72
Acima de R\$ 1.500,00	O valor da parcela será de R\$ 1.099,70 (arredondado).

* O salário não pode ser menor que R\$ 546,00 (**)

▲ Média de salário é feita com base nos últimos três meses empregado (*)

SAIBA MAIS

Pior para exportação e comércio

As áreas que devem sofrer maior impacto com a crise:

COMÉRCIO EXTERIOR
MUITAS empresas no País, em especial no Espírito Santo, trabalham com commodities, que são mercadorias comercializadas em estado inicial - como petróleo, aço, minério, colúmbio, minério e grãos.

ESTAS commodities ficam dependentes dos preços estabelecidos internacionalmente. Uma recessão econômica (em especial) reduziria o preço das commodities vendidas.

OU SEJA, se a crise afeta lá fora, a compra dos nossos produtos diminui e, com isso, a produção no Bra-

si, o que pode resultar em demissões.

INDÚSTRIAS
O QUE AFETA AINDA é a concorrência internacional. Enquanto no País há um elevado custo de produção, no mercado externo o custo é baixo, o que faz o produto chegar ao Brasil com um preço bem menor.

TAMBÉM fica caro importar equipamentos com a valorização do dólar.

COMÉRCIO VAREJISTA
O RETORNO é direto, pois a produção diminui e as vendas caem.

O CONSUMIDOR também fica mais cauteloso na hora de comprar.

O QUE ELLES ACHAM

“Alguns negócios podem fazer corpo mole. Mas também depende do setor, pois em alguns é mais difícil voltar ao mercado.”
WENDEL SALES, 20, propagandista

“Não estou otimista a crise agora, mas acho que a medida é válida para ajudar na recuperação do mercado durante a crise.”
ANDERSON ULAMA, 35, empresário de TI

“Não acho que a gente que se surpreenda com se acontecer. Mas para quem realmente precisa, é bom.”
BRENDA CLAYTON DA COSTA, 25, advogada

“Aumentar o prazo para receber o seguro-desemprego é bom, porque tem mais tempo para procurar um novo emprego.”
RODRIGO MACHADO, 34, advogado

“Deixar a taxa sempre é bom, especialmente na crise. Dá tempo para o trabalhador se preparar para o mercado.”
VILMA CALHAMA, 24, dona de casa

Reportagem Especial

BENEFÍCIOS DO GOVERNO

Empresários criticam iniciativa

Empresários do Estado criticaram a intenção do governo federal em aumentar o prazo para o pagamento do seguro-desemprego.

O presidente da Federação das Indústrias do Espírito Santo (Finies), Marcos Guerra, acredita que isso pode estimular o aumento das demissões.

Com relação à crise, ele acredita que ela já deu sinal em 2008 e vem persistindo. “É um momento de cautela. A gente não deve brincar com marola, pois ela pode virar um tsunami”, disse Guerra.

O vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Lucas Izotou, chamou a atenção para o incentivo à informalidade.

“O índice de desemprego é de 6 em todo o País. É um índice baixo e significa que uma grande quantidade que está no seguro está trabalhando na informalidade. Acho inadequado ampliar o prazo de seguro-desemprego. É um custo adicional para o governo e para toda a sociedade.”

Quem também não aprova essa medida é o presidente do Sindicato dos Lojistas de Vitória, Jady

OPINIÕES

Mau exemplo

“O grande problema do Brasil hoje é a cultura, e a despesa que o governo federal tem, inclusive com a Previdência. Acho que o governo jogar mais despesa é um mau exemplo. Não é aumentando o seguro que ele vai resolver os problemas.”

Wilson Cabil, presidente do Sindicato dos Restaurantes, Bares e Similares do Estado (Sindbar) e da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrabar), sectional capixaba, tem a mesma opinião.

Do Rio de Janeiro, ele conversou com a reportagem por telefone.

“Estou reunido com o pessoal da Indústria Nacional e todos só contra essa medida. Isso é um exagero. No nosso segmento vai incentivar o corpo mole e a rotatividade.”

Sobre a crise, ele disse que não acha que ponto poderá atingir o segmento, mas mostrou-se preocupado. “A gente já tem um problema sério, pois com os juros baixos e a facilidade de financiamento, o pessoal comprometeu muito a renda. Então, juntando o problema da crise e as pessoas com a renda comprometida, a perda poderá ser ainda maior.”

“O maior prejudicado nessa história será o governo. No meu entendimento, está um freio no pé. Claro que temos problemas com a crise mundial financeira, mas não sabemos se ela realmente será uma marola ou um tsunami. Temora que seja uma maranhã.”

Lucas Izotou, empresário e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Jady Primo, presidente do Sindicato Lojistas de Vitória (SILV)

Alberto Nemer, “bico” é proibido

Analise

“Isso incentiva o empregado a deixar de trabalhar”

Essa medida do governo tem o lado positivo e o negativo. Agora, será que esse lado positivo compensa o maléfico que isso poderá causar?

É claro que no momento de crise mais pessoas ficam desempregadas. Com isso, há queda na renda, no consumo, e aquele crescimento que o governo quer fica mais difícil.

Mas será que daqui a seis meses a

crise estará aí?

Entre os pontos negativos de todas essas políticas de benefícios - como o seguro-desemprego e o bolsa-família, por exemplo - é que isso incentiva o empregado a deixar de trabalhar, além de aumentar a despesa do governo.

O fato é que o governo tenta manter um crescimento a qualquer custo.

Muda a política tributária de incentivo para tentar fomentar crescimento, ignorando todos os pontos negativos.

Acho que em vez de o governo se preocupar com os fundamentos, está fazendo o contrário. Está deixando a inflação. Isso não se detém no futuro e terá uma grande repercussão, inclusive no salário mínimo.”

Bruno Fanchel, Doutor em economia e professor de Finanças

André Varão: recessão de emprego só se justifica em três situações

Reportagem Especial

BENEFÍCIOS DO GOVERNO

Mudanças facilitam fraudes

Para advogados trabalhistas, essa mudança vai facilitar fraudes.

O advogado Alberto Nemer disse que essa alternativa pode ser avaliada em duas vertentes. A primeira é que o governo pode tentar a economia interna aquecida. A outra é que empregados poderão se aproveitar da situação para receber o seguro e trabalhar em outro lugar sem carteira assinada.

Diante disso, ele fez um alerta: “Se a pessoa recebe seguro-desemprego e faz bico e isso for descoberto, ela poderá responder a um processo criminal.”

Ele tem o conhecimento de 10 trabalhadores que fizeram isso em um período de dois anos. “Um dos casos ocorreu em uma audiência. A pessoa foi testemunhar para um

coléga e confessou que recebia o benefício e fazia bicos. O juiz mandou o oficial à Polícia Federal.”

O advogado e professor José Carlos Rizk Filho sabe de pessoas que, mesmo recebendo o seguro-desemprego, trabalham na informalidade e depois ajuizam ações de reconhecimento de vínculo.

“Os juizes mandam o oficial ao Ministério Público para avaliar a fraude. Nos últimos dois anos, foram mais de 10 casos.”

Já o advogado Emerson Ramacciotti salientou que só descobrir a fraude, além da ação criminal, os fraudadores poderão ser obrigados a restituir o seguro-desemprego. O empregador que compacta com a situação também poderá pagar uma multa.

Analise

“Isso incentiva o empregado a deixar de trabalhar”

Essa medida do governo tem o lado positivo e o negativo. Agora, será que esse lado positivo compensa o maléfico que isso poderá causar?

É claro que no momento de crise mais pessoas ficam desempregadas. Com isso, há queda na renda, no consumo, e aquele crescimento que o governo quer fica mais difícil.

Mas será que daqui a seis meses a

crise estará aí?

Entre os pontos negativos de todas essas políticas de benefícios - como o seguro-desemprego e o bolsa-família, por exemplo - é que isso incentiva o empregado a deixar de trabalhar, além de aumentar a despesa do governo.

O fato é que o governo tenta manter um crescimento a qualquer custo.

Muda a política tributária de incentivo para tentar fomentar crescimento, ignorando todos os pontos negativos.

Acho que em vez de o governo se preocupar com os fundamentos, está fazendo o contrário. Está deixando a inflação. Isso não se detém no futuro e terá uma grande repercussão, inclusive no salário mínimo.”

Bruno Fanchel, Doutor em economia e professor de Finanças

André Varão: recessão de emprego só se justifica em três situações